



RESPOSTAS AO PARLAMENTO EUROPEU
QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO
Elżbieta BIEŃKOWSKA
Mercado interno, Indústria, Empreendedorismo e PME

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Ao longo da minha carreira profissional, tenho-me empenhado em apoiar e desenvolver o projeto europeu. Estive envolvida na aplicação, ao nível local, do programa PHARE da UE. Enquanto Ministra do Desenvolvimento Regional, adquiri experiência adicional no domínio das políticas da UE, em especial através da aplicação dos fundos estruturais da UE. É minha firme intenção, no meu futuro papel de Comissária responsável pelo Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, estabelecer relações estreitas com o Parlamento Europeu, a fim de podermos construir uma parceria que crie benefícios concretos para os nossos cidadãos.

Os domínios do Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME foram a espinha dorsal do meu trabalho diário, já que os fundos estruturais permitem apoiar o mercado interno, aumentando a competitividade da indústria, nomeadamente das PME. Enquanto Ministra e Vice-Primeira Ministra, tive a oportunidade de trabalhar com diversos setores-chave da economia, nomeadamente dos transportes e da construção, e com o setor marítimo, pelo qual fui diretamente responsável.

Precisamos de reforçar a recuperação económica e construir uma Europa que crie emprego e crescimento para os seus cidadãos. Será esse o meu objetivo fundamental num domínio tão vasto e importante, quanto o do Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, que desempenha um papel vital no atual contexto socioeconómico.

Estou plenamente consciente do meu novo papel e das responsabilidades que dele decorrem em termos de independência, nomeadamente no que respeita às minhas funções anteriores. Comprometo-me, enquanto Comissária, a cumprir integralmente as obrigações estabelecidas nos artigos 17.º, n.º 3, do TUE e 245.º do TFUE, bem como o Código de Conduta dos Comissários, que definem as garantias de independência e os princípios éticos que os membros da Comissão devem respeitar. Para salvaguardar a independência da Comissão, comprometo-me também a não receber quaisquer instruções de qualquer Governo, instituição, órgão ou entidade, e a agir no sentido de servir o interesse geral europeu. Abster-me-ei de qualquer ação incompatível com as minhas funções ou com a execução das tarefas que me são confiadas. Durante o meu mandato, não exercerei qualquer outra atividade, remunerada ou não. Já preenchi e publiquei a minha declaração de interesses, e atualizá-la-ei caso surjam alterações.

Apoio inteiramente o nosso novo compromisso em relação à transparência, definido nas orientações políticas apresentadas pelo Presidente eleito. Comprometo-me a divulgar todos os contactos e reuniões realizados com organizações profissionais ou com trabalhadores independentes sobre qualquer questão relativa à elaboração e execução das políticas da UE.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços?

Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Enquanto membro da Comissão, apoiarei plenamente o princípio da colegialidade e tenciono trabalhar em estreita e plena cooperação com os vice-presidentes e demais Comissários, sob a orientação do Presidente. No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelos meus próprios serviços, assumirei a responsabilidade política pelas suas ações no meu domínio de competência, sem prejuízo do princípio da colegialidade. As relações entre o meu gabinete, os serviços e eu própria basear-se-ão na lealdade, na confiança, na transparência e no fluxo recíproco de informações e ajuda.

Estou plenamente consciente das minhas responsabilidades perante o Parlamento. Por conseguinte, comprometo-me a informar plena e regularmente o Parlamento sobre o meu trabalho, a fim de que este possa exercer a sua fiscalização democrática de modo eficaz. Apoio incondicionalmente a intenção do Presidente eleito de reforçar a relação especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão.

A cooperação interinstitucional é fundamental para garantir a eficácia, a legitimidade e uma boa governação do processo de decisão da UE. Deve basear-se em três elementos essenciais: a transparência, a confiança mútua e o espírito de colaboração. Para o efeito, comprometo-me a respeitar plenamente o Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão.

No que diz respeito ao seguimento a dar às posições e aos pedidos do Parlamento Europeu, aplicarei as disposições do Acordo-Quadro e, nos domínios da minha competência, certificar-me-ei de que a Comissão responde às resoluções parlamentares ou aos pedidos formulados ao abrigo do artigo 225.º do TFUE, no prazo de três meses após a sua adoção. Neste contexto, aprovo e apoio plenamente o compromisso assumido pelo Presidente eleito Juncker de que a futura Comissão manter-se-á particularmente atenta aos relatórios de iniciativa legislativa.

Certificar-me-ei de que o Parlamento é plenamente informado, em simultâneo com o Conselho, de todas as iniciativas jurídicas e políticas sob a minha responsabilidade, de modo a que o Parlamento possa exercer uma fiscalização democrática eficaz, e farei tudo o que estiver ao meu alcance para garantir a transparência e um fluxo de informações adequado.

As reuniões das comissões parlamentares e as sessões plenárias, bem como todas as demais atividades parlamentares importantes, são ocasiões únicas para construir e reforçar o diálogo político entre as duas instituições. Caso a minha nomeação seja confirmada, tenho a firme intenção de utilizar plenamente esta oportunidade desde o início e ao longo do meu mandato. Penso que uma relação estreita entre os membros do Parlamento Europeu e os Comissários é essencial para garantir uma cooperação interinstitucional aberta e leal, e um diálogo político construtivo.

Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia:

3. Prioridades

Quais as principais prioridades que V. Ex.^a tenciona prosseguir na pasta proposta, tendo em conta a ênfase no emprego, crescimento, competitividade e desenvolvimento sustentável? Que calendário prevê para a consecução dessas prioridades? Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário?

O Presidente eleito Juncker deixou claro que as principais prioridades da Comissão serão reforçar a competitividade da Europa e estimular o emprego, o crescimento e o investimento. A minha ambição, e o meu objetivo fundamental, é utilizar todo o potencial das diferentes políticas abrangidas pela minha pasta para impulsionar a economia real e transformá-la num motor de crescimento competitivo em benefício dos cidadãos europeus. No meu entender, nesta fase existem quatro prioridades, nas quais irei centrar a minha ação, caso se confirme a minha nomeação como Comissária:

1) O aprofundamento do mercado interno será uma das grandes prioridades do meu mandato. Trata-se não só de um pilar fundamental da União Europeia, como também do principal motor de crescimento e competitividade da Europa. Pretendo um mercado único justo, que apoie o comércio, os investimentos e a produtividade, e que promova a liberdade de escolha, criando assim novas oportunidades tanto para os cidadãos como para as empresas.

Contudo, as realizações do mercado interno estão a ser questionadas em consequência da atual crise económica. É, pois, necessário enfrentar este desafio e, não só preservar o mercado interno, mas também reforçá-lo. Para o efeito, teremos de explicar aos cidadãos europeus os benefícios que obtêm do mercado único, sendo também necessário suprir algumas das suas falhas (obstáculos remanescentes, excesso de regulamentação, preocupações em matéria de subsidiariedade, etc.).

O mercado único deve servir de plataforma para uma maior integração e convergência em todos os 28 Estados-Membros. Neste contexto, teremos de ser persistentes nos nossos esforços para garantir que as regras do mercado único constituem, no futuro, um enquadramento propício para as iniciativas públicas e privadas. Legislar melhor requer a definição de prioridades, a redução da burocracia e dos encargos administrativos e um trabalho conjunto com os Estados-Membros sobre a aplicação das regras em vigor.

Em parceria com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e as partes interessadas, gostaria de propor uma nova estratégia para o mercado interno, definindo as prioridades para as medidas legislativas e não legislativas com base numa cuidadosa análise económica. Considero que uma tal estratégia deve analisar, em especial, os setores ou domínios com maior potencial económico ou que podem proporcionar benefícios claros para os consumidores e as empresas.

A atividade económica caracteriza-se cada vez mais por cadeias de valor transfronteiras, que combinam o comércio de bens e serviços, abrangendo vários Estados-Membros e estendendo-se aos mercados internacionais. Creio que não devemos considerar os bens e os serviços isoladamente, mas enquanto parte integrante de uma economia europeia mais competitiva. Agirei no sentido de permitir que as nossas empresas aproveitem plenamente os benefícios de um mercado europeu verdadeiramente integrado, tendo em conta as estreitas ligações entre a indústria transformadora e os serviços, assim como a necessidade de criar um ambiente empresarial propício à inovação e ao crescimento, nomeadamente o enquadramento adequado para que os direitos da propriedade intelectual possam incentivar e proteger a criação e a inovação. É preciso ter em conta a necessidade de abordar os aspetos sociais destes processos.

2) A minha segunda prioridade será reforçar a base industrial da UE. A Europa não pode prosperar sem a indústria, pelo que tem de preservar e reforçar a sua base industrial. Pretendo trabalhar afincadamente para concretizar a aspiração da Comissão de aumentar o peso da indústria no PIB da UE, que é, atualmente, de menos de 16 %, para 20 %, até 2020.

O reforço da competitividade da nossa indústria não advirá de uma só iniciativa ou de um único domínio. Será o resultado de um esforço comum e direcionado e das iniciativas adotadas para atingir esse objetivo, tanto a nível da UE como a nível nacional, abrangendo uma vasta gama de domínios, desde a energia e o clima à concorrência e ao comércio, ao emprego, às políticas

regionais e à inovação. Assim, é essencial integrar eficazmente a competitividade em todas as políticas da UE. É também necessária uma abordagem de parceria entre a Comissão e os Estados-Membros, incluindo aos níveis regional e local. A experiência diz-me que existe um enorme potencial em termos de mobilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para apoiar um renascimento industrial, em especial através do desenvolvimento de estratégias de especialização inteligente.

No início do mandato, tenciono preparar um conjunto de medidas que irão tornar a base industrial da UE apta para uma economia globalizada e para as evoluções tecnológicas, demográficas e ecológicas. Centrar-se-ão em quatro domínios-chave: 1) Acesso aos recursos essenciais para a indústria, incluindo financiamento, matérias-primas, energia a preços acessíveis e mão de obra qualificada; 2) Acesso aos mercados; 3) Investimento em novas tecnologias; 4) Ambiente empresarial.

O setor da indústria transformadora é constituído por uma série de setores estratégicos com empregos de elevado valor, nomeadamente o automóvel, da aeronáutica, da engenharia, da construção, dos produtos químicos, dos cosméticos, dos dispositivos médicos e dos produtos farmacêuticos. As suas fortes ligações com o setor dos serviços e a sua contribuição decisiva para a inovação e as exportações fazem da indústria transformadora um motor fundamental de crescimento e investimento, e um interveniente fundamental na transformação da economia europeia numa economia sustentável e competitiva no futuro. Tudo farei para assegurar que são criadas as condições ideais para garantir que a Europa mantém a sua liderança global nestes setores, com base num diálogo estruturado com as partes interessadas. Para tal, será necessário garantir que o quadro normativo continua adequado ao fim a que se destina, do ponto de vista da competitividade e do mercado interno, não deixando de assegurar simultaneamente um elevado nível de segurança humana, proteção do ambiente e defesa dos consumidores.

Prestarei atenção igualmente a outros setores promissores, como o dos bens de consumo. Assegurarei que são executadas, na parte que toca à Comissão, as conclusões do Conselho Europeu sobre as indústrias e os mercados da defesa, e o roteiro proposto pela Comissão para este setor. O setor da defesa é de grande importância estratégica para a segurança da Europa, possuindo um enorme potencial para beneficiar do reforço da cooperação entre os Estados-Membros e de uma maior abertura do mercado à escala da UE.

As condições-quadro para a inovação continuarão a ser essenciais, já que promovem a competitividade da indústria da UE. É necessário criarmos um ambiente propício à inovação, onde as ideias sejam apoiadas desde a sua conceção até ao mercado. Utilizarei instrumentos políticos, incluindo a infraestrutura dos DPI (patentes, marcas, desenhos ou modelos, indicações geográficas, segredo comercial) e respetiva execução, fomentando a integração da inovação e das tecnologias através das políticas de financiamento e de contratação pública. Em conjunto com o Comissário responsável pela Investigação, Ciência e Inovação, é minha intenção utilizar o programa Horizonte 2020 e outros instrumentos da política da UE, no intuito de apoiar a inovação industrial próxima do mercado e as tecnologias facilitadoras essenciais.

3) A minha terceira prioridade consistirá em garantir um clima empresarial propício à inovação e ao crescimento, que apoie o empreendedorismo e as PME. A este respeito, aguardo com expectativa a revisão da Estratégia Europa 2020 para o crescimento e o emprego. Penso que devemos relançar a cultura empresarial na Europa e explorar plenamente o enorme potencial das PME, que constituem a espinha dorsal da nossa economia. Neste domínio, a minha intenção é assegurar a execução integral do Plano de Ação Empreendedorismo 2020 e renovar a visão da Lei das Pequenas Empresas (Small Business Act) para a Europa. Mais especificamente, gostaria que todos os Estados-Membros se empenhassem numa profunda simplificação regulamentar, no que se refere às PME. Tenciono também aproveitar plenamente o potencial do programa Erasmus para Jovens Empresários. Embora a estabilidade financeira tenha sido restabelecida, as condições de empréstimo das instituições financeiras continuam a ser difíceis, em particular para as PME. Em cooperação com o Banco Europeu de Investimento, é necessário facilitar o acesso a fontes alternativas de financiamento, para que as empresas possam efetuar os investimentos de que necessitam, reforçando o mercado de capital de risco na Europa. Além disso, prevê-se que, até 2020, o programa COSME mobilize entre 14 e 21 mil milhões de euros para garantias de empréstimo, e mais de 3 mil milhões de euros para capital de risco.

4) A dimensão externa do mercado interno e o acesso a mercados fora da UE constituem o quarto domínio de grande importância tanto para a indústria como para as PME. Gostaria de trabalhar em estreita colaboração com a minha colega responsável pelo Comércio, a fim de garantir que a política comercial apoia a criação de condições equitativas a nível mundial e contribui para tornar

mais forte a base industrial europeia.

Tal exige, igualmente, um progresso substancial em termos de convergência regulamentar, nomeadamente no que se refere à Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento com os Estados Unidos. Considero que a «diplomacia económica» é muito necessária para assegurar o acesso a fatores de produção essenciais para a indústria europeia, em particular, às matérias-primas essenciais, e para criar oportunidades de negócio para as empresas europeias, em especial para as PME, razão pela qual quero trabalhar numa estratégia europeia integrada para a internacionalização das PME, que acrescente valor para além das atividades nacionais de promoção comercial.

Como irá pessoalmente garantir a boa qualidade das propostas legislativas, a total transparência das atividades de lóbi (dirigidas a V. Ex.^a e aos seus serviços) e a consulta consistente e equilibrada de todas as partes interessadas, tendo igualmente em conta a necessidade de efetuar avaliações de impacto completas?

Considero que o diálogo com as partes interessadas é uma parte essencial da regulamentação inteligente, sendo um «dever» apresentar propostas legislativas de elevada qualidade. O objetivo da legislação da UE é obter resultados para os cidadãos e as empresas. Pretendo analisar cuidadosamente os seus comentários e pedidos.

Durante o meu mandato, lidarei com os membros de grupos de interesse com toda a transparência e solicitarei aos meus serviços que assim o façam também, incluindo a plena utilização do Registo de Transparência. Os meus serviços e eu colaboraremos com todas as partes interessadas, incluindo representantes de empresas, consumidores, doentes, trabalhadores, ONG e académicos, nomeadamente em grupos de peritos. Certificar-me-ei de que a composição desses grupos de peritos é equilibrada e reflete adequadamente a diversidade de posições e interesses em jogo.

Solicitarei aos meus serviços que procedam à informação sistemática das partes interessadas sobre eventuais próximas consultas, avaliação e avaliação de impacto, de modo a que aquelas se possam preparar e contribuir. No meu domínio de competência, zelarei sistematicamente para que seja recolhido um número suficiente de dados, através de consultas das partes interessadas, para que se possam avaliar os eventuais impactos da legislação sobre o crescimento, o emprego, a inovação e a competitividade, em plena conformidade com as normas de consulta da Comissão.

Uma vez que as PME, os consumidores e as partes interessadas não ligadas à indústria têm muitas vezes dificuldade em transmitir os seus pontos de vista aos responsáveis políticos, tenciono encontrar formas alternativas de garantir a sua participação. Procurarei trabalhar em conjunto com os Estados-Membros e as regiões, a fim de promover uma melhor representação dos interesses das PME na elaboração das políticas da UE. Por exemplo, as reações fornecidas pelas PME constituirão o centro das atividades futuras da Rede Europeia de Empresas, composta por cerca de 600 organizações empresariais, com recursos e iniciativas especificamente destinados a revitalizar o envolvimento das empresas europeias na formulação das políticas da UE.

Tenciono desenvolver as relações diretas com as administrações nacionais e outros organismos da UE, tais como o Comité Económico e Social Europeu e o Comité das Regiões, que podem recolher e transmitir as reações de um vasto leque de partes interessadas.

Por último, mas não menos importante, terei também o prazer de realizar uma das principais tarefas que nos foi mandatada pelo Presidente eleito Juncker: estabelecer laços regulares com os cidadãos e informá-los sobre o que a União Europeia faz por eles.

4. Cooperação/controlado

Como Comissária responsável pelo Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, como irá garantir a coordenação com os vice-presidentes em cujas equipas o seu domínio de intervenção recai e com os outros comissários pertencentes às suas equipas, e como irá garantir uma cooperação reforçada com a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia? Em particular, que medidas adotará para facilitar o controlo por esta comissão dos processos legislativos e não legislativos (incluindo a preparação de atos legislativos e de atos delegados e de atos de execução) e o controlo da sua execução? De que maneira tenciona assegurar a informação adequada desta comissão, relativamente a quaisquer acordos internacionais no seu domínio de intervenção, tendo em conta a experiência adquirida no contexto das negociações sobre a TTIP?

O leque de políticas com um impacto sobre a indústria e as PME é muito vasto. Enquanto Comissária responsável pelo Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, considero ter um papel importante a desempenhar, apoiando o Vice-Presidente para o Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade a incluir de forma efetiva as questões ligadas à competitividade em todos os domínios políticos. Apoiá-lo-ei, no sentido de criar e mobilizar o ambicioso pacote de emprego, crescimento e investimento, a apresentar nos primeiros três meses do mandato.

Tenciono também contribuir para a execução do pacote «Clima e Energia», em estreita colaboração com a Vice-Presidente responsável pela União da Energia, a fim de garantir que a descarbonização e a reindustrialização continuam a ser objetivos que se reforçam mutuamente, em especial, ao estimularem a eficiência energética e o investimento em tecnologias hipocarbónicas na indústria. Será essencial atuar no âmbito destes instrumentos, a fim de reduzir a diferença dos preços da energia relativamente aos nossos principais concorrentes e continuar competitivos, especialmente no que respeita às indústrias com utilização intensiva de energia, e criar simultaneamente uma base industrial forte e sustentável para o futuro.

Creio que devemos explorar plenamente a experiência dos meus serviços em matéria de mercado interno, indústria, empreendedorismo, PME, melhor regulamentação e administração pública moderna, no quadro do Semestre Europeu. Gostaria de contribuir para aprofundar os conhecimentos específicos, por país, no seio da Comissão e dos meus serviços, pelo que irei contactar um leque mais alargado de partes interessadas a nível nacional, em estreita cooperação com o Vice-Presidente responsável pelo Euro e Diálogo Social.

A transformação digital da economia terá implicações profundas para setores inteiros da indústria e para as PME, bem como para os cidadãos e consumidores. As tecnologias digitais transformam profundamente a forma como os produtos e serviços são criados, e têm um impacto nas cadeias de valor industrial em toda a Europa. Por conseguinte, tenciono contribuir de forma significativa para o trabalho do Vice-Presidente responsável pelo Mercado Único Digital e do meu colega responsável pela Economia e Sociedade Digitais. Gostaria de promover o empreendedorismo digital e apoiar a aceitação e a exploração das tecnologias digitais por parte da indústria e das PME, com especial destaque para o fabrico avançado e o setor dos serviços.

Considero muito importantes a dimensão externa do mercado interno e o acesso a mercados fora da UE. Em estreita colaboração com a minha colega responsável pelo Comércio, tenciono promover as oportunidades de negócio para as empresas no estrangeiro e fortalecer a nossa base industrial, garantindo condições equitativas a nível mundial. Por último, mas não menos importante, uma das minhas prioridades será uma melhor regulamentação, com vista à criação de um clima empresarial para as empresas na Europa que seja favorável ao crescimento, pelo que é minha intenção contribuir para elaborar um ambicioso Programa para a Adequação e a Eficácia da Regulamentação, sob a liderança do Vice-Presidente responsável.

Participarei regularmente com muito prazer nas reuniões da vossa Comissão, a fim de debater as iniciativas legislativas em curso ou futuras, bem como a execução das regras em vigor. Estarei à vossa disposição também para contactos bilaterais, bem como para qualquer outra atividade parlamentar em que a minha presença seja necessária. É minha intenção informar-vos regularmente dos progressos realizados nas negociações internacionais, no meu domínio de competência. As negociações da TTIP demonstraram a necessidade de uma maior transparência. Estou convicta de que o estabelecimento de uma relação forte fará de nós «parceiros» na concretização de uma mudança industrial e no reforço de um ambiente favorável às empresas na Europa.

Perguntas da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores:

5. Crescimento, competitividade e criação de emprego

Que medidas irá adotar para contribuir para melhorar o crescimento, a competitividade e a criação de emprego no mercado único? Que estratégia holística concebe V. Ex.^a para um desenvolvimento equilibrado do mercado único, que seja capaz de trazer benefícios concretos para as empresas, os consumidores e os trabalhadores? Que medidas irá adotar para que as empresas, em particular as PME, tenham acesso e colham os benefícios do mercado único? Que medidas concretas irá tomar para desenvolver a força atual do mercado único de produtos e serviços? Em que setores de serviços irão centrar-se as suas atividades e políticas e porquê?

Como justamente destacado pelo Presidente eleito Juncker, o mercado interno é o melhor trunfo da Europa para criar postos de trabalho e crescimento; temos de aproveitar a força do mercado interno e explorar plenamente o seu potencial, em todas as suas dimensões.

A nossa capacidade para criar um ambiente empresarial propício à inovação e ao crescimento será fundamental para a consecução destes objetivos. Devemos tentar diminuir a burocracia, proporcionar novas oportunidades às empresas para inovarem e prosperarem e oferecer aos consumidores a possibilidade de tirarem pleno partido do mercado interno. Quero um mercado interno que beneficie todos os cidadãos, sejam eles empresários, consumidores ou trabalhadores. Prosseguirei este objetivo de acordo com os seguintes princípios orientadores:

— a regulamentação europeia deve ser utilizada apenas quando puder representar um valor acrescentado,

— as nossas iniciativas devem concentrar-se em setores e medidas que operem a maior diferença,

— o que fazemos deve basear-se em elementos de prova económicos mais fortes e no conhecimento dos mercados nos Estados-Membros,

— precisamos de instrumentos eficazes, para obtermos resultados e podermos acompanhar as nossas políticas em estreita parceria com os Estados-Membros,

— as reformas que propusermos devem ser socialmente responsáveis.

Em termos de iniciativas políticas, são de considerar os seguintes domínios de trabalho:

1) Mercados de serviços mais bem integrados — promover as oportunidades transfronteiras

A minha prioridade imediata é a aplicação eficaz da Diretiva «Serviços» e a correta execução da Diretiva «Qualificações Profissionais» modernizada. Tenciono apresentar, no início do mandato, um relatório sobre os entraves remanescentes a um mercado interno plenamente funcional para os serviços. Uma estratégia renovada definiria formas de abordar os entraves remanescentes para os prestadores de serviços (melhorando potencialmente a utilização do princípio do reconhecimento mútuo), de simplificar mais ainda os procedimentos administrativos (com base nos balcões únicos) e de garantir que os consumidores podem utilizar melhor os seus direitos no mercado interno, quando adquirirem serviços transfronteiras.

Todas as medidas que adotarmos para integrar melhor os mercados de serviços terão de ter em conta as eventuais consequências sociais, que terão de ser abordadas de forma adequada. A cooperação entre os Estados-Membros é importante para evitar os abusos das regras em vigor, nomeadamente da Diretiva «Destacamento de trabalhadores».

Está demonstrado que os benefícios económicos de uma redução dos entraves no mercado interno dos serviços são particularmente elevados em alguns setores. Os setores dos serviços prestados às empresas e da construção encontram-se entre esses setores. Embora os serviços nestes dois setores possam ser prestados além das fronteiras nacionais, o nível de comércio e investimento transfronteiras mantém-se aquém do potencial, indicando uma margem significativa para o crescimento. Assim, gostaria de analisar seriamente estes setores, a fim de apurar o que pode ser feito para explorar esse potencial.

O setor retalhista é também de grande importância para a economia (11 % do PIB da UE e 15 % do emprego da UE). Estou convicta de que é essencial melhorar o funcionamento do mercado interno neste domínio, para promover a viabilidade das PME e garantir a sustentabilidade da cadeia de abastecimento entre empresas. Os retalhistas tradicionais devem poder tirar pleno partido das possibilidades oferecidas pelo comércio eletrónico.

Trabalharei também no sentido de assegurar que a regulamentação dos serviços profissionais nos Estados-Membros é adequada aos objetivos. Apoiarei os esforços de modernização e reforma estrutural envidados pelos Estados-Membros, através do processo de análise inter pares em curso (com base na Diretiva «Qualificações Profissionais»).

2) Tornar o acesso aos mercados dos contratos públicos — justo e aberto

O quadro legislativo europeu para uma contratação pública favorável ao crescimento já existe. Pretendo agora melhorar o seu funcionamento no terreno e assegurar que os mercados de contratos públicos funcionam corretamente, a fim de dar às empresas, particularmente às PME, pleno acesso a estes mercados, à escala europeia. A burocracia, a dimensão local e os encargos administrativos são demasiado pesados, existindo por vezes mesmo corrupção, pelo que, em termos globais, não existem nem integração nem oportunidades suficientes para as empresas da UE. Trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros para modernizar os sistemas de contratação pública, centrando os nossos esforços conjuntos nas questões sistémicas mais importantes e nos setores mais relevantes.

Gostaria também de prosseguir os trabalhos sobre a abertura dos mercados de contratos públicos a nível mundial — muitos dos mercados de contratos públicos dos nossos parceiros comerciais estão de facto fechados, enquanto os nossos mercados estão abertos.

3) Desenvolver a propriedade intelectual e industrial para promover e difundir a inovação

Os direitos de propriedade intelectual são um instrumento fundamental para fomentar a inovação e o crescimento: 40 % da atividade económica total na UE são gerados por indústrias com utilização intensiva de DPI; Cerca de 35 % do emprego total na UE provém dessas indústrias. Farei da criação de infraestruturas adequadas para os DPI uma das minhas prioridades, por forma a estimular a inovação, incentivar o investimento e auxiliar a nossa indústria a tirar plenamente partido das suas invenções.

Neste sentido, é necessário finalizar rapidamente a execução do pacote relativo às patentes, concluir a reforma do Direito das Marcas Europeu em curso e as negociações sobre a proposta em matéria de «Segredos Comerciais».

4) Garantir que o mercado interno das mercadorias funciona corretamente

O mercado interno das mercadorias esteve na primeira linha da integração europeia, tendo contribuído significativamente para a prosperidade dos cidadãos europeus. Embora muito se tenha alcançado até à data, é necessário abolir os últimos entraves ao pleno funcionamento do mercado interno, nomeadamente através do reforço do reconhecimento mútuo e da normalização.

Analisarei formas de melhorar o funcionamento do princípio do reconhecimento mútuo. Decorre atualmente uma avaliação, pelo que não deixarei de informar o Parlamento Europeu dos desenvolvimentos registados neste importante domínio. Em meu entender, a normalização europeia constitui uma pedra angular do funcionamento do mercado interno e um instrumento poderoso de apoio aos produtos e serviços setoriais. A Comissão efetua atualmente uma análise independente do sistema de normalização. É minha intenção apresentar um relatório sobre a execução do Regulamento «Normalização» ao Parlamento Europeu e ao Conselho até ao final de 2015.

Creio que, em termos globais, o atual quadro permite o bom funcionamento das regras nos setores dos produtos, mas é necessário reforçar a sensibilização para as regras em vigor, para a sua execução e para uma maior simplificação. A melhor execução é uma prioridade. Estabeleceremos um diálogo mais estreito com as empresas para melhor identificar os estrangulamentos na execução. Neste contexto, considerarei uma nova iniciativa legislativa em matéria de execução da legislação relativa aos produtos, a fim de incentivar as empresas a cumprir a legislação do mercado interno relativa aos produtos e reduzir os encargos decorrentes das inspeções de rotina. A racionalização das sanções administrativas por incumprimento deve ser incluída na nossa política para melhorar a execução da legislação relativa aos produtos.

Mais especificamente, a rápida adoção da revisão da legislação em matéria de dispositivos médicos merecerá o meu total apoio, atendendo à sua importância para a proteção da saúde pública, a inovação e a competitividade.

Em todos estes quatro domínios, a prioridade horizontal será permitir que os cidadãos e as empresas, em particular as PME, possam colher os benefícios do mercado interno. Caso se confirme a minha nomeação como Comissária, gostaria nomeadamente de explorar novas formas de divulgar melhor as oportunidades que o mercado interno oferece às PME. Além de modernizar a Rede Europeia de Empresas, considerarei o reforço do papel dos Pontos de Contacto para Produtos e a melhor utilização dos canais de comunicação existentes entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros.

Concebe o reforço do papel da Governação do Mercado Único no exercício do Semestre Europeu? Como tenciona avançar concretamente neste sentido? Como concebe a prossecução do processo político iniciado pelo Ato para o Mercado Único? Considera concebível a ligação do exercício do Ato para o Mercado Único à Governação do Mercado Único e ao papel da integração do mercado único no Semestre Europeu?

A governação do mercado interno esteve sempre presente na avaliação do desempenho dos Estados-Membros efetuada pela Comissão, nomeadamente no contexto do Semestre Europeu.

Agora, que estão ultrapassados os riscos mais urgentes, deveríamos transferir a nossa atenção para as reformas nacionais, que, a médio e longo prazo, irão fortalecer a competitividade e recuperar os postos de trabalho e o crescimento perdidos nos últimos anos. Para atingir esse objetivo, o melhor funcionamento do mercado interno nos Estados-Membros apresenta, de facto, um potencial significativo — em alguns Estados-Membros mais do que noutros. O relatório sobre a integração do mercado interno divulgado no âmbito da Análise Anual do Crescimento nos últimos anos reflete a necessidade de colocar a tónica no mercado interno — uma orientação que gostaria de manter e reforçar.

Em concreto, tal significa que, no diálogo com os Estados-Membros sobre as reformas económicas nacionais, deverá ser dada prioridade às medidas relativas ao mercado interno, em especial quando essas medidas contribuírem para um mercado interno mais competitivo e uma maior eficiência da administração nacional. Por exemplo, se reforçássemos os balcões únicos e tornássemos os sistemas de contratação pública mais transparentes e eficazes, criaríamos benefícios não só para as empresas de outros Estados-Membros, como também para as empresas locais e mesmo para os contribuintes. E, sempre que se justifique, deveriam ser incluídas no Semestre Europeu recomendações relativas à adoção de medidas.

Além disso, a fim de fornecer um contributo adicional para o Semestre Europeu, necessitamos de identificar indicadores do desempenho do mercado interno nos vários setores e em cada um dos Estados-Membros, que permitam a adoção de medidas. A vertente regulamentar e processual do mercado interno está já devidamente representada no Painel de Avaliação do Mercado Interno, através de factos e números sobre transposição, infrações e capacidade administrativa para a cooperação transfronteiras, e resolução de problemas. No entanto, é necessário envidar mais esforços para completar essa informação com indicadores sobre as realidades económicas resultantes da legislação relativa ao mercado interno. Um estudo recente encomendado pela Comissão IMCO sugere que devemos considerar o desenvolvimento ou a reutilização de indicadores que reflitam a facilidade ou dificuldade de desenvolver atividades comerciais em determinados setores e em cada um dos Estados-Membros. Estou muito interessada em explorar esta via, a fim de fornecer ao Semestre Europeu um sólido contributo sobre o mercado interno.

O mercado interno é uma das maiores realizações da Europa, que deverá dar à Europa a sua vantagem competitiva. É um bem comum para todos os europeus, com impacto em quase todas as políticas relacionadas com a economia e os consumidores. Em virtude da sua grande dimensão, a falta de direção constitui um risco, se não concentrarmos os nossos esforços. É por essa razão que subscrevo a abordagem de base representada pelos Atos para o Mercado Único; centrar a atenção política nas matérias importantes para as empresas e os cidadãos, assegurar que o mercado interno existe para todos e ser pragmáticos em relação aos instrumentos a aplicar — a legislação nem sempre é o melhor meio de regular o mercado interno. Gostaria de prosseguir a política do mercado interno neste espírito.

De que maneira tenciona assegurar a correta e plena aplicação da Diretiva relativa aos serviços, garantindo a igualdade de condições para todos os intervenientes em causa?

No domínio dos serviços, a execução da Diretiva «Serviços» foi a prioridade política da Comissão cessante, atendendo a que a Diretiva devia ser aplicada a partir do final de 2009. A execução eficaz da Diretiva «Serviços» continua a ser uma das principais prioridades, uma vez que se podem ainda recolher benefícios económicos consideráveis.

No que respeita às medidas nacionais proibidas pela Diretiva, irei redobrar esforços, no âmbito da campanha de tolerância zero em curso, para combater as claras infrações jurídicas à Diretiva. Não haverá tolerância para os Estados-Membros que atuem contra a Diretiva. As regras acordadas devem ser respeitadas. Quanto às restrições autorizadas pela Diretiva, pretendo continuar a trabalhar com os Estados-Membros, a fim de garantir que tais entraves são proporcionais e não restringem desnecessariamente a livre circulação de serviços no mercado interno.

A execução da Diretiva «Serviços» tem de ser acompanhada de um aprofundamento das reformas em determinados setores, previsto na estratégia que mencionei anteriormente.

Como irá contribuir para maximizar as oportunidades de crescimento inteligente e inclusivo, inovação, competitividade, sustentabilidade e emprego decorrentes de novas alterações da contratação pública na Europa?

A contratação pública, responsável por 19 % do PIB, é simplesmente demasiado importante para fracassar. Está também diretamente associada a alguns dos principais desafios políticos que precisamos de abordar: o crescimento e o emprego, a disciplina orçamental, a modernização da administração pública, a inovação, a confiança dos cidadãos da UE nas suas autoridades públicas, ou o crescimento verde e inclusivo.

É necessário abrir os mercados de contratos públicos. Tal significa, em primeiro lugar, um verdadeiro mercado interno com um nível mais baixo de proximidade nas aquisições públicas, uma maior transparência e um tratamento mais equitativo dos operadores não nacionais. Interpelarei os Estados-Membros no sentido de eliminar as práticas que conduzem à falta de transparência e ao tratamento desigual das empresas não nacionais, começando com os setores que suscitam maior preocupação. Trabalharei também em conjunto com a minha colega responsável pela Concorrência para garantir que as empresas dão o seu contributo. Não devemos permitir que as empresas segmentem artificialmente o mercado dos contratos públicos da UE.

É necessário que os mercados sejam abertos também ao nível internacional. Estando o resto do mundo a crescer a um ritmo mais rápido do que a Europa, esses mercados não podem continuar fechados às trocas comerciais, enquanto os mercados da Europa estão abertos. É importante ultimar a adesão da China ao Acordo sobre Contratos Públicos (ACP) e alcançar um acordo ambicioso, no que toca aos capítulos relativos aos contratos públicos da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) e do Acordo de Comércio Livre com o Japão. Neste contexto, pretendo igualmente trabalhar para que se chegue a um acordo sobre o Instrumento Internacional de Contratação Pública (IICP), que deverá permitir chamar à mesa das negociações países terceiros com mercados fechados. Para o efeito, trabalharei em estreita colaboração com a minha colega responsável pelo Comércio.

Confrontada com importantes ameaças à segurança e limitações orçamentais, a Europa não se pode permitir despesas ineficazes com a defesa e a duplicação de capacidades. Tudo farei para assegurar o bom funcionamento do mercado interno no setor da defesa, conciliando abertura e concorrência com as legítimas preocupações de segurança. Para o efeito, é fundamental assegurar uma aplicação plena e correta da Diretiva «Contratos públicos no setor da defesa». Não se trata apenas do mercado interno; é essencial para manter uma indústria europeia de defesa competitiva e capaz de fornecer, a preços acessíveis, as capacidades de defesa de que os nossos Estados-Membros necessitam.

Identificaremos os domínios em que o funcionamento dos contratos públicos não é satisfatório e solucionaremos essas deficiências. Tal significa profissionalizar os compradores, eliminar resíduos, e diminuir a burocracia e as formalidades administrativas. A profissionalização no setor público é fundamental — necessitamos de autoridades adjudicantes com competências empresariais, que saibam que produtos e serviços comprar. Tal significa, também, garantir que as administrações públicas acompanham a revolução eletrónica. A contratação pública eletrónica oferece vantagens cruciais — é mais barata, mais rápida, mais transparente e mais acessível. Acordarei com os Estados-Membros ambiciosas estratégias nacionais para que a contratação

pública seja mais digital, mais profissional e mais estratégica, por exemplo, utilizando-a como catalisador para reforçar a inovação em setores industriais essenciais da economia europeia. O Pacote «Contratos Públicos», recentemente adotado, funcionará como um incentivo nesta matéria. Tenciono igualmente trabalhar em colaboração com os meus colegas responsáveis pelos Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, e pela política regional e sob a liderança do Vice-Presidente responsável pelo Euro e Diálogo Social, a fim de garantir que esta problemática é abordada tanto no contexto do Semestre Europeu, como no âmbito da gestão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Com uma maior eficiência da contratação pública, poderá assistir-se também a uma maior agregação da procura. É necessário, por exemplo, incentivar os contratos públicos transfronteiras conjuntos.

Por último, mas não menos importante, em colaboração com o meu colega responsável pela Migração e Assuntos Internos, irei analisar possibilidades de elaborar políticas que lutem contra a corrupção nos contratos públicos e contribuam para uma cultura de integridade entre os agentes envolvidos nos contratos públicos. A corrupção nos contratos públicos acarreta um desperdício de recursos e reduz a qualidade das mercadorias, das obras e dos serviços adquiridos. A fraude, a corrupção e as irregularidades também prejudicam a confiança dos cidadãos e das empresas nas autoridades públicas.

Como vê a situação atual do pacote relativo à fiscalização do mercado e segurança dos produtos?

A adoção do pacote relativo à fiscalização do mercado e segurança dos produtos é um passo importante para reforçar a defesa dos consumidores e criar condições equitativas para as empresas. Estou muito satisfeita pelo apoio geral do Parlamento Europeu, na sua primeira leitura. A fim de promover os debates no Conselho, a Comissão irá lançar um estudo para avaliar os efeitos da marcação de origem sobre as empresas, os consumidores, a competitividade e o crescimento. Penso que esta avaliação aprofundada permitirá que o Conselho retome os debates sobre a substância da questão. Estou convicta de que, com o apoio do Parlamento Europeu e em especial da presente Comissão, será possível mediar um acordo com o Conselho. Pela minha parte, tudo farei para ajudar a encontrar um compromisso.

Como tenciona trabalhar em conjunto com o Vice-Presidente responsável pelo Mercado Único Digital e o Comissário responsável pela Economia e a Sociedade Digital, para que o reforço da utilização de tecnologias digitais e de serviços em linha se torne uma política horizontal, extensiva a todos os setores da economia?

Trabalharei estreitamente com ambos, a fim de garantir que o Mercado Único Digital é uma realidade –, uma vez que são numerosos os domínios em que as nossas políticas se podem reforçar mutuamente.

Os consumidores de hoje estão habituados a comprar em toda a Europa, utilizando os seus computadores, em casa, pelo que a diferença entre os mercados único digital e físico é cada vez mais ténue. Tal significa que as nossas políticas devem igualmente prever a integração ininterrupta desses mercados. Um dos casos mais claros é o do comércio eletrónico: uma vez feita a aquisição em linha, é necessário que tanto o comprador como o vendedor possam ter acesso a um serviço de entrega eficiente.

Combater a fragmentação regulamentar no mercado interno e reduzir a carga administrativa contribuirá para um Mercado Único Digital mais forte e mais integrado, o que facilitará, por seu lado, essas tarefas.

Promover e incentivar a inovação é outra vertente de ação especialmente importante para o Mercado Único Digital. O quadro normativo que regula os direitos de propriedade intelectual terá um papel importante a desempenhar neste contexto. As nossas empresas inovadoras necessitam de sistemas de patentes, desenhos e modelos e marcas eficientes e bem calibrados. Precisam também que os segredos comerciais e os ativos de conhecimento sejam protegidos, assim como de vias de recurso eficazes e eficientes em termos de custos para as empresas que sofrem violações dos direitos de propriedade intelectual à escala comercial dentro e fora da UE.

Como mencionado em resposta à pergunta n.º 4, precisamos de estimular o empreendedorismo e garantir que as nossas indústrias, em especial as PME, possam utilizar eficazmente as novas

tecnologias. Devemos utilizar as recomendações que o Fórum para o Empreendedorismo Digital deverá formular até ao final de 2014 e desenvolver a estratégia de cibercompetências, incluindo a «Grande coligação para as competências e a criação de emprego na área digital».

Por último, um mercado interno moderno necessita igualmente de uma administração pública modernizada. É preciso utilizar plenamente as ferramentas de administração pública em linha a todos os níveis da administração. Devemos prosseguir e promover a transição para a contratação pública eletrónica e para a faturação eletrónica, e desenvolver os atuais balcões únicos e instrumentos como o Sistema de Informação do Mercado Interno.

De um modo geral, combater a fragmentação regulamentar do mercado interno e reduzir a carga administrativa contribuirá para um Mercado Único Digital mais forte e mais integrado, que, por seu lado, facilitará essas tarefas.

6. Regulamentação inteligente

Como irá melhorar as avaliações de impacto quer ex ante, quer ex post, a fim de garantir uma avaliação equilibrada e holística de novas propostas legislativas sobre o mercado interno e de legislação existente Como irá garantir, em particular, que tenham por base dados empíricos e testes aperfeiçoados e reforçados sobre o mercado interno e as PME?

Considero a elaboração de legislação «inteligente», de alta qualidade, como uma das minhas principais prioridades. Legislar melhor é absolutamente essencial para proporcionar às empresas um ambiente empresarial favorável ao crescimento e assegurar um elevado nível de segurança e de proteção do ambiente. Em estreita colaboração com o Vice-Presidente responsável pelo programa Legislar Melhor, farei todos os possíveis para satisfazer as elevadas expectativas do Parlamento Europeu, dos Estados-Membros, mas também de todas as partes interessadas e de todos os cidadãos.

A minha futura área de competência, caso se confirme a minha nomeação como Comissária, é vital para o aperfeiçoamento do programa «Legislar Melhor», uma vez que inclui cerca de 130 atos legislativos importantes, que constituem o tronco principal da legislação relativa ao mercado interno de mercadorias e serviços. Solicitarei aos meus serviços que aproveitem plenamente os instrumentos existentes para avaliar os custos e benefícios da legislação, incluindo avaliações de impacto, em especial o teste das PME e o teste de competitividade, bem como avaliações ex post, em particular os controlos de adequação e as avaliações de custo cumulativas.

O meu primeiro princípio é continuar a melhorar a qualidade do processo de avaliação do impacto para a nova legislação. O «teste do mercado interno», o «teste de competitividade» e o «teste PME» devem ocupar um lugar central na avaliação de impacto da Comissão. É minha intenção continuar a promover a utilização de todos os instrumentos disponíveis, a fim de assegurar que os consumidores, as empresas pertinentes, as PME, mas também os nossos parceiros sociais, sejam contactados e ouvidos.

O meu segundo princípio é tornar a legislação vigente menos pesada, mais simples e menos onerosa. A iniciativa do Programa para a Adequação e a Eficácia da Regulamentação (REFIT) deve ser continuada e reforçada. Estão atualmente em curso diversos exercícios de avaliação do funcionamento da legislação relativa ao mercado interno e os impactos sobre as partes interessadas, cujos resultados serão tidos em conta no processo de tomada de decisão. Por exemplo, estão em curso avaliações da legislação sobre produtos químicos, um controlo de adequação no sector da construção e uma avaliação do sistema de proteção dos desenhos e modelos na UE. Espero igualmente que os novos exercícios de avaliação de custos cumulativa produzam informações pertinentes sobre os impactos da legislação da UE em setores industriais específicos, como os dos produtos químicos ou das indústrias florestais.

Como propõe melhorar o envolvimento pré-legislativo de comissões parlamentares, em particular no que diz respeito a iniciativas legislativas ao abrigo do artigo 225.º do TFUE? Que medidas irá tomar para a realização de consultas adequadas e completas das partes interessadas, por forma a assegurar a adequação da legislação ao crescimento, à criação de emprego, à inovação e à competitividade?

Enquanto Vice-Primeiro Ministro e Ministro, escutei sempre atentamente as necessidades do Parlamento, e tenciono continuar esse diálogo com o Parlamento Europeu nas minhas novas funções. Considero que uma melhor preparação das políticas e da legislação da UE é uma parte

essencial da regulamentação inteligente, tendo o Parlamento um papel fundamental a desempenhar no sentido de contribuir para a preparação das iniciativas da Comissão. Aguardo com expectativa as posições que o Parlamento formulará em resoluções não legislativas ou a vossa contribuição através do diálogo estruturado.

Considero o compromisso perante as partes interessadas como parte integrante da regulamentação inteligente. Para mais pormenores, consultar, por favor a minha resposta à pergunta n.º 3, da ITRE.

Como garantirá uma melhor fiscalização e execução da legislação relativa ao mercado único e verificará o cumprimento dos seus compromissos pelos Estados Membros?

Defenderei o mercado interno com determinação. Devemos colocar a execução das regras do mercado interno no topo da nossa agenda política. As medidas de execução devem ter, por um lado, mais visibilidade política e peso ao mais alto nível e, por outro lado, ser apoiadas por uma melhor política de comunicação com o público e a sociedade civil, no que respeita aos nossos objetivos, estratégias e resultados concretos. A nossa política de execução deverá ser mais estratégica, coerente e orientada para os problemas mais graves que surgem no mercado interno e que são motivo de preocupação para os cidadãos e as empresas.

Para alcançar este objetivo, é necessário adotar uma abordagem coerente, que envolva instrumentos diferentes e as autoridades dos Estados-Membros.

Tudo começa com a qualidade da legislação que produzimos. O seu nível tem de ser muito elevado, devendo já ter em conta os desafios concretos que se avizinham. É esse, em parte, o papel da Comissão: quando elaboramos projetos de propostas, estes têm de ser cabalmente passíveis de execução e aplicação. É óbvio que o Conselho e o Parlamento Europeu têm um papel igualmente importante a desempenhar, evitando soluções de compromisso que são demasiado ambíguas para poderem ser aplicadas.

No entanto, a cooperação com os Estados-Membros é também indispensável. Estamos prontos a auxiliá-los durante o processo de transposição e aplicação das regras acordadas, e a debater as soluções possíveis em caso de problema. A execução e a aplicação da legislação relativa ao mercado interno assentam nos recursos de que dispõem os inspetores nacionais e as autoridades de fiscalização do mercado. Tenciono analisar mais detalhadamente a forma de ajudar os Estados-Membros a dedicar mais tempo e recursos à fiscalização dos mercados nacionais de produtos e serviços. A proposta de fiscalização do mercado atualmente em debate no Parlamento Europeu é um passo na direção certa.

Em segundo lugar, temos de proporcionar aos cidadãos e às empresas condições para reivindicarem eficazmente os seus direitos, facultando-lhes informações de melhor qualidade e em linguagem simples sobre direitos, regras e procedimentos (como no caso do portal «A sua Europa»), e garantir que estes dispõem de um acesso rápido e eficaz a mecanismos de resolução de problemas.

Em terceiro lugar, caso ocorram problemas graves na aplicação das regras do mercado interno, não hesitarei, sempre que necessário, em dar início a processos por infração contra os Estados-Membros. Dito isto, creio que muitos problemas podem ser evitados ou resolvidos mais rapidamente através de outros meios. O mecanismo informal de resolução de litígios, a rede SOLVIT, é um instrumento muito bem sucedido neste domínio, que necessita de todo o apoio disponível. O sistema de notificação previsto na Diretiva 98/34 constitui um exemplo de uma forma muito eficaz de antecipar problemas, que deverá ser plenamente explorada.

Do mesmo modo, é necessário melhorar significativamente a rapidez e a facilidade dos procedimentos administrativos que sejam fontes importantes de entraves desnecessários. Tal é igualmente verdadeiro, no que se refere à cooperação transfronteiras entre as autoridades públicas. Nesta ótica, creio que uma abordagem digital por defeito é a única maneira de avançar e, por conseguinte, tenciono expandir os instrumentos existentes que funcionam bem (como é o caso do Sistema de Informação do Mercado Interno) e adotar novas iniciativas no domínio da administração pública em linha, juntamente com os meus colegas.

Por último, será necessário avaliar de forma mais sistemática o que está a acontecer, na realidade, no mercado interno. É necessário recolher dados provenientes de fontes diferentes, incluindo diretamente junto dos cidadãos, das empresas e dos consumidores. Esta informação irá permitir-nos definir prioridades em matéria de aplicação da legislação e da respetiva melhoria.

Estou convicta de que esta abordagem global, que inclui igualmente uma monitorização sistemática através do Painel de Avaliação do Mercado Único, será um poderoso complemento do tradicional instrumento de aplicação do procedimento por infração.